



RESULTADOS 2T17

taesa 

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2017

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; BM&FBovespa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2017.

As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação destas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

O Resultado Regulatório a seguir apresentado também foi preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas investidas em conjunto e coligadas. Desta forma, os resultados da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

10 de agosto de 2017
Quinta-feira
Brasília 14h
Nova York 13h

Tel: + 55 11 3127-4971 ou
+ 55 11 3728-5971
Dial in: 1 516 300 1066
Senha: Taesa

Marco Antônio Resende Faria

CEO

Marcus Pereira Aucélio

CFO e DRI

Cristiano Prado Grangeiro

Gerente de RI

Contato RI

investor.relations@taesa.com.br

Telefone

55 21 2212 6060

Eficiência e geração de caixa operacionais

O resultado do 2º trimestre de 2017 comprovou a disciplina financeira e a capacidade da Taesa em gerar caixa operacional. O EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 384,9 MM no trimestre, 12,9% maior que o registrado no segundo trimestre de 2016. A Margem EBITDA Regulatória ficou em 88,8% no 2T17 e 89,4% no acumulado do ano, contra 87,0% e 87,8% nos respectivos períodos de 2016, em função da queda anual de 5,2% nos custos e despesas.

O lucro líquido IFRS do 2T17 totalizou R\$ 72,0 MM, redução de 65,2% em relação ao 2T16, explicada basicamente pela diferença significativa dos índices macroeconômicos, IGP-M e IPCA, registrada entre os períodos. No 2T17, o IGP-M apresentou deflação acumulada de 2,00% e o IPCA acumulou 0,70% de inflação. No mesmo período de 2016, o IGP-M acumulado foi 1,66% e o IPCA ficou em 1,83%.

Nos primeiros seis meses de 2017, a taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Taesa foi de 99,98%, e a Parcela Variável (PV) totalizou R\$ 7,6 MM (um desconto equivalente a 0,8% da RAP da Companhia), apresentando uma redução de 63,3% quando comparada a PV registrada no primeiro semestre de 2016.

A Taesa, em parceria com a CTEEP, adquiriu em 24 de abril o Lote 1 no leilão de transmissão 005/2016, com RAP de R\$ 133,7 MM, considerando a participação da Companhia. O foco no retorno para os acionistas e o baixo nível de alavancagem (R\$ 2.721 MM de dívida líquida consolidada e relação dívida líquida/EBITDA de 1,7x) demonstra que a Taesa continua preparada para as oportunidades de crescimento em transmissão, via M&A ou Greenfield.

A Companhia distribuiu, em 31 de maio, R\$ 178,2 MM a título de dividendos e JCP com base no resultado do primeiro trimestre de 2017, além dos R\$ 174,7 MM pagos no dia 12 de maio referentes ao resultado de 2016.

Vale destacar a conclusão, em 13 de junho, da alienação das ações ordinárias vinculadas ao bloco de controle detidas pelo FIP Coliseu e FIA Taurus para a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. e conseqüente transferência para a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. A Companhia acredita que, com a entrada no bloco de controle deste investidor com longa experiência em transmissão, consolidará seu posicionamento no setor criando maiores oportunidades de crescimento com geração de valor.

Em 27 de junho, a ANEEL publicou a resolução homologatória 2.258/17 estabelecendo a RAP das concessões de transmissão para o ciclo 2017-2018. A RAP das 34 concessionárias do grupo Taesa totalizou R\$ 2.846 MM, 1,0% maior que o ciclo anterior, já contemplando redução da RAP em 6 concessões.

Ainda, em 2 de agosto, a AGE ratificou a transferência das participações detidas pela CEMIG nas "Transmineiras" (3 concessionárias de serviço público de transmissão: Transleste, Transirapé, Transudeste) para a Taesa. A conclusão desta operação está sujeita, ainda, à obtenção das aprovações prévias do CADE, ANEEL, credores e bancos financiadores.

Principais Indicadores do Segundo Trimestre de 2017

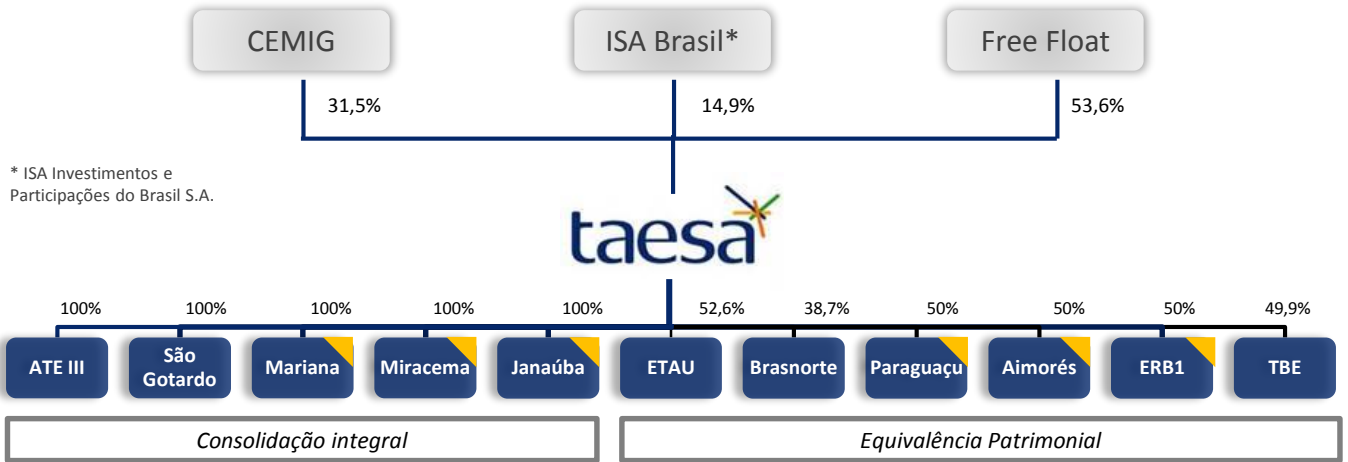
R\$ MM	Consolidado					
	2T17	2T16	Var.%	1S17	1S16	Var.%
Receita Líquida Reg.	433,2	392,0	10,5%	872,3	799,3	9,1%
EBITDA Reg.	384,9	341,0	12,9%	779,6	708,7	10,0%
Margem EBITDA Reg.	88,8%	87,0%	1,8 pp	89,4%	88,7%	0,7 pp
Receita Líquida IFRS	169,3	323,4	-47,7%	501,6	728,3	-31,1%
Lucro Líquido IFRS	72,0	207,2	-65,2%	273,4	460,9	-40,7%
Dívida Líquida	2.721,1	3.281,0	-17,1%	2.721,1	3.281,0	-17,1%
TAEE11 (09 agosto)	23,84	21,74	9,7%	23,84	21,74	9,7%
Valor de Mercado (09 agosto)	8.212,9	7.489,4	9,7%	8.212,9	7.489,4	9,7%

R\$ MM	Consolidado e Participações					
	2T17	2T16	Var.%	1S17	1S16	Var.%
Receita Líquida Reg.	553,1	499,3	10,8%	1.324,2	1.219,6	8,6%
EBITDA Reg.	494,9	438,6	12,8%	999,3	903,6	10,6%
Margem EBITDA Reg.	89,5%	87,8%	1,6 pp	89,9%	89,2%	0,7 pp

1. Visão Geral	5
1.1 Estrutura Societária	5
2. Desempenho Econômico-Financeiro	6
2.1 Desempenho Operacional	6
2.2 Ciclo da RAP	7
2.3 Receita Líquida IFRS	9
2.4 Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	10
2.5 EBITDA / Margem EBITDA IFRS	10
2.6 Receita Líquida Regulatória	11
2.7 Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	11
2.8 EBITDA / Margem EBITDA Regulatório	12
2.9 Resultado Equivalência Patrimonial	13
2.10 Resultado Financeiro Líquido	14
2.11 Impostos	15
2.12 Lucro Líquido	17
2.13 Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	18
2.14 Endividamento	19
3. Demonstrações Financeiras	21
3.1 Detalhamento das Receitas IFRS	21
3.2 Movimentação do Ativo Financeiro	22
3.3 Demonstrações do Resultado (IFRS e Regulatório)	23
3.4 Reconciliação do EBITDA	26
3.5 Balanço Patrimonial Taesa	27
3.6 Balanço Patrimonial TBE	28
3.7 Fluxo de Caixa	29

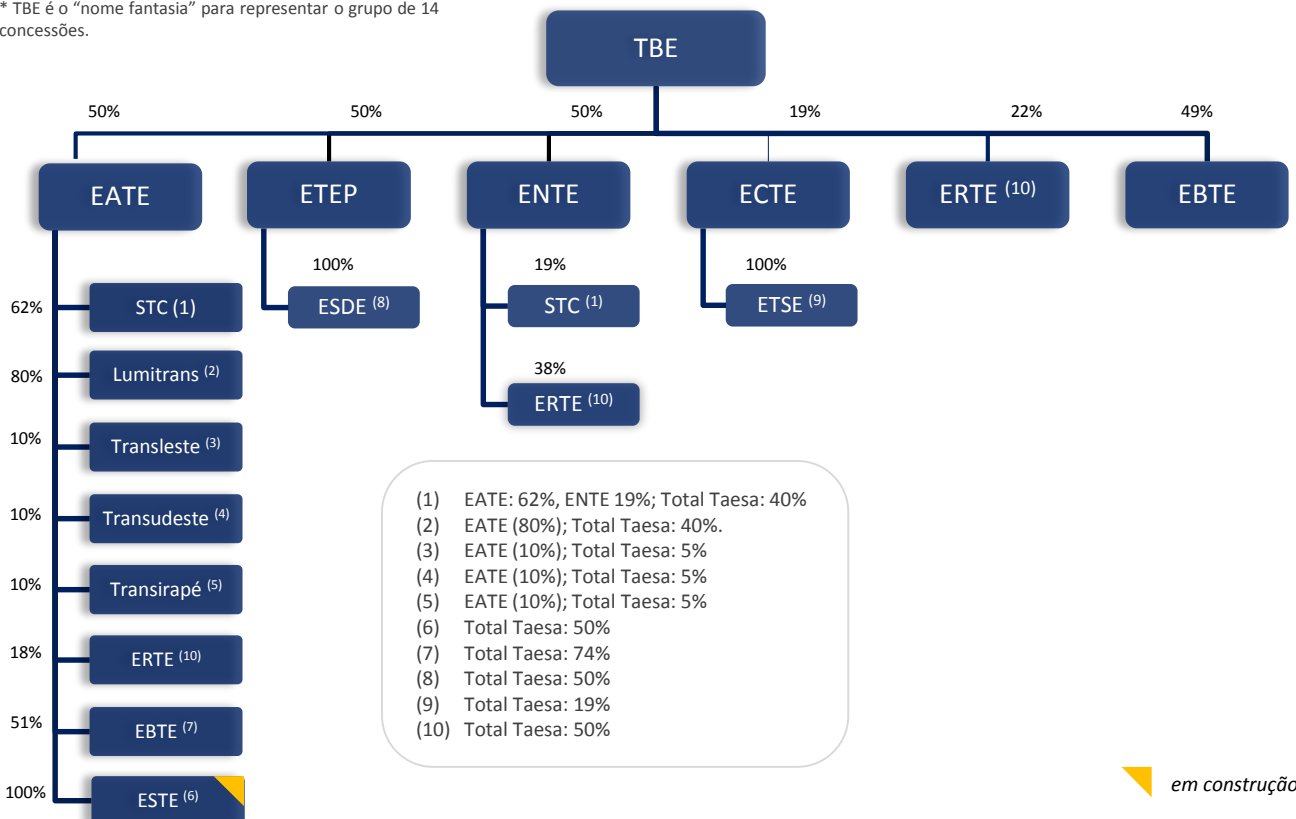
Estrutura Societária

As 34 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), (ii) 5 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema e Janaúba) e (iii) 19 participações (ETAU, Brasnorte, Paraguaiçu, Aimorés, Paraguaçu, ERB1 e TBE).



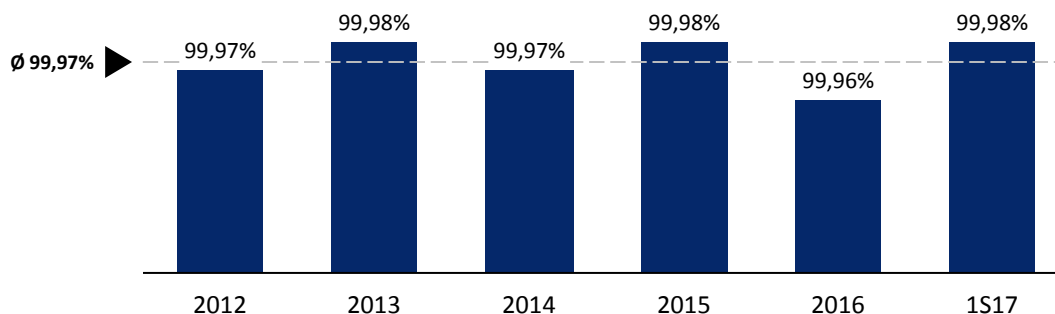
Estrutura Societária da TBE*

* TBE é o "nome fantasia" para representar o grupo de 14 concessões.



Desempenho Operacional

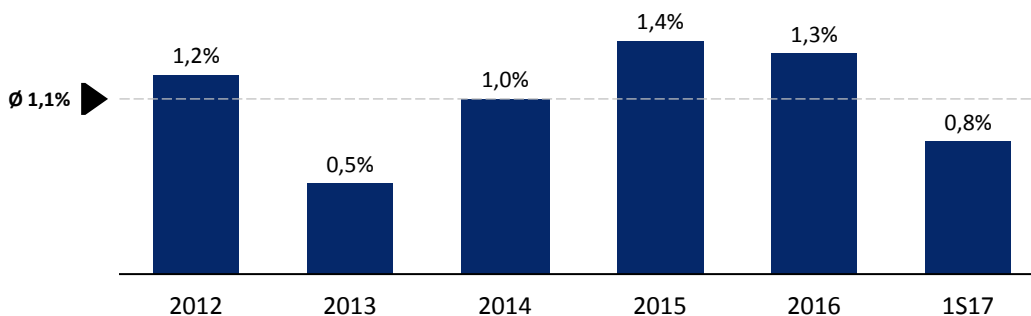
Com um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no acumulado de janeiro à junho de 2017, uma taxa média consolidada de Disponibilidade da Linha de 99,98%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Taesa, portanto, não considerando ETAU, Brasnorte e TBE.



A taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contida em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km

$$\sum \frac{(Extensão da Linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da Linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento variável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV de R\$ 6,4 MM do 2T17 foi ocasionada, principalmente, por: (i) desligamento automático da LT 500 kV Xingó / Angelim II devido ao alto índice de poluição na região (NTE); (ii) desligamento automático do banco de capacitores variável IZCL7- 05 da SE Imperatriz devido a falha do sistema de resfriamento e desligamento programado da LT 500 kV Gurupi/Miracema C-2 seguido de desligamento forçado do disjuntor conectado a barra MCBR7-02 (NVT); e (iii) falha na fase B do disjuntor do Banco de Reatores da LT Serra da Mesa/ Serra da Mesa II (TSN).

Ciclo da RAP

No dia 27 de junho de 2017, a ANEEL publicou a resolução homologatória REH 2.258/17 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2017-2018. As concessões (Categoria II) ajustadas pelo IGP-M sofreram um reajuste de aproximadamente 1,6% e as concessões (Categoria III) ajustadas pelo IPCA sofreram um reajuste de aproximadamente 3,6%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2016/2017	Ciclo 2017/2018
Ajuste IGP-M	11,1%	1,6%
Novatrans	512,2	517,2
TSN ²	494,9	427,9
Munirah	35,9	36,5
GTESA	9,2	9,4
PATESA	23,9	25,0
ETAU ¹	22,4	24,2
ESEO	112,8	88,1
NTE	151,0	153,4
STE ²	80,3	81,6
ATE I	146,7	149,0
ATE II ²	226,7	230,3
EATE ¹	211,1	177,1
ESEP ¹	48,3	28,2
ENTE ¹	110,8	112,6
ECTE ¹	15,2	9,1
ERTE ¹	24,9	25,3
Lumitrans ¹	10,5	10,7
Transleste ¹	2,0	2,0
Transirapé ¹²	1,5	1,7
Transudeste ¹	1,2	1,3
Subtotal	2.241,5	2.110,3
Ajuste IPC-A	9,3%	3,6%
ATE III ³	112,2	116,3
São Gotardo ³	5,0	5,2
Mariana ³⁴	13,9	14,3
Miracema ³⁴	61,3	63,5
Janaúba ³⁴	174,6	180,9
Aimorés ¹³⁴	35,7	37,0
Paraguaçu ¹³⁴	53,3	55,2
Brasnorte ¹²³	9,7	10,1
STC ¹³	16,6	17,6
EBTE ¹²³	33,1	34,3
ESDE ¹³	6,3	6,5
ETSE ¹³	4,1	3,7
ESTE ³⁴	50,5	52,3
ERB1 ¹³⁴		138,5
Subtotal	576,3	735,4
Total	2.818	2.846

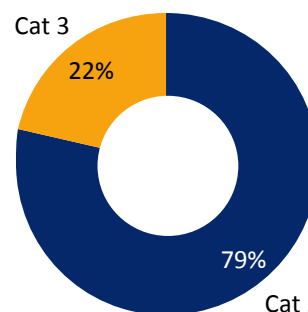
Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2017-2018 é de R\$ 2.846 MM, sendo 60% no nível da *holding*. Como 7 concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE e ERB1), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2017-2018 ficou em R\$ 2.304 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2017-2018 foi diferente da inflação nas seguintes concessões: (i) **Novatrans** considera redução de 50% em parte de suas funções e entrada em operação de um reforço; (ii) **TSN**, **EATE** e **ESEP** consideram redução de 50% da RAP em todas as suas funções; (iii) **EATE** também considerou revisão tarifária em um reforço; (iv) **ESEO** e **ECTE** apresentaram redução plena de 50% da RAP em sequência à redução parcial apresentada no ciclo anterior (2016-2017); (v) **PATESA**, **ETAU** e **Transirapé** apresentaram entrada em operação de reforços; (vi) **ETSE** considerou revisão tarifária em maio de 2018; (vii) **STC** apresentou entrada em operação antecipada de reforços em jul/16 (previstos para nov/16) e efeito de revisão tarifária.

A concessão ERB1 foi adquirida (50% de participação) no leilão de transmissão nº 005/2016, em 24 de abril de 2017.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, EBTE, STC, ESDE, ETSE, ESTE e ERB1 devem ser adicionados de PIS/COFINS.

RAP por Categoria



¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa em julho de 2017

² Incluindo os projetos de reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em construção

■ Redução de 50% da RAP

A Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22/06/2017, homologada pelo REH nº 2.258 de 27/06/2017, estabelece as receitas anuais permitidas (“RAP”) vinculadas às instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão para o ciclo 2017-2018.

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do ciclo 2017-2018, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, de 1/7/2017 até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até 30/6/2018.

Para os ciclos 2016/2017 e 2017/2018, seis concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação:

- **Novatrans:** 6 funções de transmissão (representando 16,3% da RAP da Novatrans) entrarão no 16º ano de operação em 3/6/2018. No ciclo 2018-2019, as demais funções de transmissão da Novatrans atingirão o 16º ano de operação: 7 funções (19,4% da RAP) em 8/12/2018; 8 funções (19,1% da RAP) em 23/12/2018; e 18 funções (45,2% da RAP) em 8/4/2019.
- **TSN:** 47 funções de transmissão (representando 93,7% da RAP da TSN) entrarão no 16º ano de operação em 4/3/2018; 2 funções (4,2% da RAP) em 5/4/2018; 4 funções (0,7% da RAP) em 22/5/2018; e 8 funções (1,4% da RAP) em 3/6/2018.
- **EATE:** 5 funções de transmissão (representando 19,4% da RAP da EATE) entrarão no 16º ano de operação em 1/2/2018; 10 funções (46,5% da RAP) em 20/2/2018; e 7 funções (34,1% da RAP) em 10/3/2018.
- **ETEO:** 13 funções de transmissão (representando 100% da RAP da ETEO) entraram no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ETEP:** 4 funções de transmissão (representando 100% da RAP da ETEP) entrarão no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **ECTE:** 3 funções de transmissão (representando 70,4% da RAP da ECTE) entraram no 16º ano de operação em 9/3/2017; e 4 funções (29,6% da RAP) em 26/3/2017.

Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T17 foi de R\$ 169,3 MM, 47,7% abaixo do 2T16. Os menores índices de inflação registrados no 2T17 em relação ao 2T16 foram o principal fator de impacto desta queda.

Considerando a previsibilidade do reajuste inflacionário da receita da Companhia, que é assegurado no contrato de concessão, a Taesa reconhece estes efeitos mensalmente. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior.

Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2017 foram: IGP-M de 0,01%, -1,10% e -0,93% e o IPCA de 0,25%, 0,14% e 0,31%, para os meses março, abril e maio de 2017. No segundo trimestre de 2016, o IGP-M apurado foi de 0,51%, 0,33% e 0,82% e o IPCA 0,43%, 0,61% e 0,78% nos mesmos meses.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Controladas		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Receita Líquida						
Operação e Manutenção	137,5	124,2	10,7%	152,6	137,8	10,7%
Remuneração do Ativo Financeiro	150,1	163,5	-8,2%	190,5	206,1	-7,6%
Ativo Financeiro - Correção Monetária	(87,5)	84,4	-	(130,4)	126,8	-
Construção	3,6	3,4	4,1%	4,1	9,8	-57,9%
Total da Receita IFRS	203,6	375,6	-45,8%	216,9	480,5	-54,9%
Parcela Variável	(6,4)	(17,4)	-63,3%	(6,4)	(18,5)	-65,5%
Outras Receitas	2,5	2,3	9,9%	6,5	5,7	14,4%
Total Receita Bruta	199,7	360,5	-44,6%	217,0	467,7	-53,6%
PIS e COFINS	(9,9)	(18,2)	-45,5%	(11,2)	(22,9)	-51,2%
ISS	(0,05)	(0,04)	25,0%	(0,05)	(0,04)	25,0%
Encargos Setoriais	(20,5)	(18,9)	8,5%	(25,5)	(23,4)	9,1%
Total Deduções	(30,4)	(37,1)	-18,0%	(36,8)	(46,4)	-20,7%
Total Receita Líquida	169,3	323,4	-47,7%	180,2	421,3	-57,2%

A variação trimestral e a composição da receita líquida da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Receita de O&M:** Aumento de 10,7% na comparação anual devido ao reajuste inflacionário no ciclo 2016-2017 (11,1% no IGP-M e 9,3% no IPCA).
- **Remuneração do Ativo Financeiro:** Calculado pela multiplicação da taxa de retorno (TIR) pelo ativo financeiro. Queda anual de 8,2% em razão da amortização do ativo financeiro nos últimos 12 meses pelos recebimentos referentes ao ciclo 2016-2017.
- **Correção Monetária do Ativo Financeiro:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A grande variação negativa entre o 2T17 e o 2T16 é explicada pela diferença significativa dos índices macroeconômicos, IGP-M e IPCA, registrada entre estes dois períodos. No 2T17, o IGP-M apresentou deflação de 2,00% e o IPCA 0,70% de inflação. No mesmo período de 2016, o IGP-M acumulado foi 1,66% e o IPCA 1,83%. Com isso, o impacto anual da inflação na receita foi de R\$ 172 MM, sendo o principal fator da queda da receita líquida.
- **Receita de Construção** totalizou R\$ 3,6 MM no 2T17 referente, principalmente, a: (i) R\$ 1,4 MM em Mariana, (ii) R\$ 0,7 MM em Miracema, (iii) reforços na Patesa no montante de R\$ 0,4 MM, (iv) R\$ 0,4 MM referentes à concessão Janaúba e (v) reforços na Novatrans no total de R\$ 0,4 MM.
- **Parcela Variável (PV):** Queda anual de 63,3%. A principal ocorrência foi o desligamento das funções de transmissão conectadas à SE Itacaiúnas devido à atuação acidental da proteção de barras da barra 1 de 500 kV, em maio de 2016.
- **Outras Receitas:** Principal impacto foi o recebimento das quotas que são repassadas para o PROINFA e CDE.
- **Deduções:** Queda de 18,0% em função, principalmente, da redução do PIS/COFINS que seguiu a redução da receita bruta IFRS (tributo varia de acordo com cada concessão – vide página 16). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do valor referente às taxas de RGR e P&D, que equivalem a 2,5% e 1% da RAP (Receita Regulatória) no período, respectivamente.

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e D&A totalizaram R\$ 55,4 MM no 2T17, 0,8% menor na comparação anual.

As principais variações nos custos IFRS, na comparação anual, foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) redução de 9,6% na linha de pessoal em razão da capitalização dos custos com pessoal nos projetos de manutenção, reforços e melhorias, que mais que compensou o reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo; (ii) realização dos projetos de construção e O&M, principalmente, nas concessões Miracema, Janaúba, Novatrans, STE e ETEO, contabilizados na linha de material; (iii) aumento da despesa com limpeza de faixa de servidão e consultoria, contabilizada na linha de serviços de terceiros; e (iv) queda na linha de outros em função de provisão de indenizações cíveis em 2016.

Os custos e despesas IFRS da TBE, ETAU e Brasnorte representaram R\$ 9,9 MM, R\$ 0,9 MM e R\$ 0,9 MM, respectivamente.

R\$ MM IFRS	Consolidado			Consolidado e Controladas		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Pessoal	(27,7)	(30,6)	-9,6%	(32,2)	(35,5)	-9,3%
Material	(6,7)	(4,7)	43,4%	(8,8)	(11,7)	-24,9%
Serviços de Terceiros	(12,9)	(10,4)	23,6%	(16,9)	(14,3)	18,5%
Outros	(7,3)	(9,5)	-22,8%	(8,4)	(10,6)	-20,6%
Total	(54,6)	(55,2)	-1,1%	(66,3)	(72,1)	-8,0%
Depreciação e Amortização	(0,8)	(0,6)	26,4%	(1,0)	(0,8)	23,1%
Total	(55,4)	(55,9)	-0,8%	(67,4)	(72,9)	-7,6%

EBITDA / Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 2T17 totalizou R\$ 114,7 MM com margem EBITDA de 67,7%.

A queda do EBITDA IFRS, na comparação entre o 2T16 e o 2T17, é reflexo direto da diferença significativa dos índices macroeconômicos, IGP-M e IPCA, registrada entre estes períodos, que impactaram a receita de Correção Monetária do Ativo Financeiro, conforme descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 9).

O EBITDA IFRS da TBE foi negativo em R\$ 2,6 MM, e ETAU e Brasnorte registraram EBITDA IFRS positivo de R\$ 0,2 MM e R\$ 1,6 MM, respectivamente.

O EBITDA IFRS não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS	Consolidado			Consolidado e Participações		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Receita Líquida	169,3	323,4	-47,7%	180,2	421,3	-57,2%
Custos e Despesas	(54,6)	(55,2)	-1,1%	(66,3)	(72,1)	-8,0%
EBITDA	114,7	268,1	-57,2%	113,9	349,3	-67,4%
Margem EBITDA	67,7%	82,9%	-15,2 pp	63,2%	82,9%	-19,7 pp

Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T17 totalizou R\$ 433,2 MM, 10,5% maior que no 2T16.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 9), visto que este reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo financeiro que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS.

As concessões ETEO e ECTE sofreram redução de 50% da RAP no ciclo 2016-2017 e alguns reforços passaram por revisão tarifária, causando uma variação anual de 7,4% da RAP, percentual menor que os índices inflacionários registrados neste ciclo (11,1% IGP-M e 9,3% IPCA). Estes efeitos foram compensados por uma queda anual de 63,3% na PV, resultando em aumento anual de 10,5% na Receita Líquida Regulatória.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Controladas		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Receita Líquida						
RAP Concessionárias	480,8	447,4	7,4%	613,3	561,9	9,2%
PV	(6,4)	(17,4)	-63,3%	(6,4)	(18,5)	-65,5%
Receita do Serviço	474,4	430,0	10,3%	606,9	543,4	11,7%
Outras Receitas	2,5	2,3	9,9%	0,3	5,7	-94,0%
Total Receita Bruta	476,9	432,3	10,3%	607,3	549,0	10,6%
PIS e COFINS	(23,1)	(21,4)	8,0%	(28,6)	(26,3)	9,0%
ISS	(0,05)	(0,04)	25,0%	(0,05)	(0,04)	25,0%
Encargos Setoriais	(20,5)	(18,9)	8,5%	(25,5)	(23,4)	9,1%
Total Deduções	(43,6)	(40,3)	8,3%	(54,2)	(49,7)	9,1%
Total Receita Líquida	433,2	392,0	10,5%	553,1	499,3	10,8%

A Receita Líquida da TBE, ETAU e Brasnorte representaram R\$ 112,1 MM, R\$ 5,4 MM e R\$ 2,3 MM, respectivamente.

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e D&A totalizaram R\$ 95,2 MM no 2T17, 5,6% menor quando comparado ao 2T16.

As diferenças entre os Resultados Regulatório e IFRS, na linha de custos, despesas e D&A, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo financeiro. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado.

Conforme explicado anteriormente, as principais variações nos custos entre o 2T17 e o 2T16 são explicadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) redução de 9,6% na linha de pessoal em razão da capitalização dos custos com pessoal nos projetos de manutenção, reforços e melhorias, que mais que compensou o reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo; (ii) aumento da despesa com limpeza de faixa de servidão e consultoria, contabilizada na linha de serviços de terceiros; (iii) queda na linha de outros em função de provisão de indenizações cíveis em 2016; e (iv) queda na linha de depreciação e amortização provocada por redução nas taxas de amortização e depreciação (valores que são divulgados pela ANEEL).

Os custos e despesas da TBE, ETAU e Brasnorte representaram R\$ 8,4 MM, R\$ 0,8 MM e R\$ 0,6 MM, respectivamente.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Controladas		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Regulatório						
Pessoal	(27,7)	(30,6)	-9,6%	(32,2)	(35,5)	-9,3%
Material	(0,5)	(0,4)	8,0%	(0,6)	(0,3)	84,7%
Serviços de Terceiros	(12,9)	(10,4)	23,6%	(16,9)	(14,3)	18,5%
Outros	(7,3)	(9,5)	-22,8%	(8,4)	(10,6)	-20,6%
Total	(48,3)	(51,0)	-5,2%	(58,2)	(60,8)	-4,2%
Depreciação e Amortização	(46,9)	(49,9)	-6,1%	(58,2)	(61,1)	-4,8%
Total	(95,2)	(100,9)	-5,6%	(116,4)	(121,9)	-4,5%

EBITDA / Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T17 totalizou R\$ 384,9 MM, 12,9% maior que o registrado no 2T16, e uma margem EBITDA de 88,8%.

No segundo trimestre de 2017, o EBITDA Regulatório foi 12,9% maior quando comparado ao mesmo período de 2016, em razão do reajuste anual pela inflação na RAP das concessões e da redução anual dos custos e despesas, conforme explicado na página anterior. Como resultado, a margem EBITDA registrou 88,8% no 2T17, um aumento de 1,8 pp em relação ao 2T16.

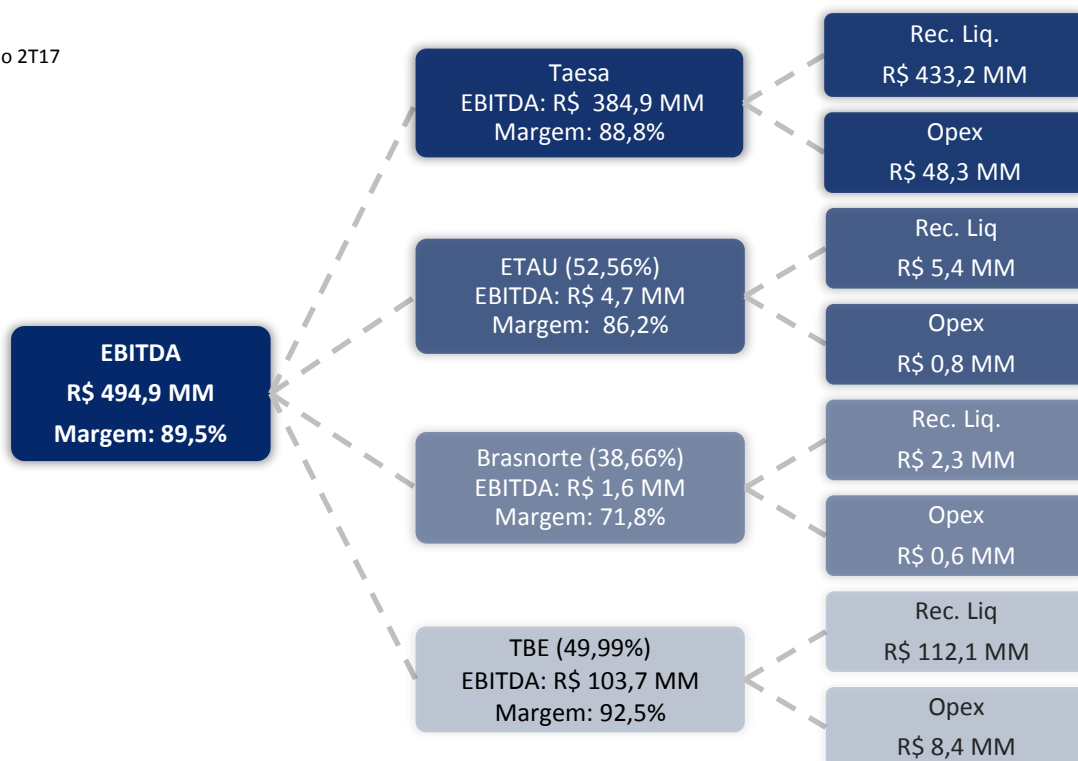
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório	Consolidado			Consolidado e Participações		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Receita Líquida	433,2	392,0	10,5%	553,1	499,3	10,8%
Custos e Despesas	(48,3)	(51,0)	-5,2%	(58,2)	(60,8)	-4,2%
EBITDA	384,9	341,0	12,9%	494,9	438,6	12,8%
Margem EBITDA	88,8%	87,0%	1,8 pp	89,5%	87,8%	1,6 pp

Composição do EBITDA Regulatório

A tabela abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do 2T17 considerando todas as concessões do grupo Taesa, proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não inclui as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Brasnorte e TBE).

Valores do 2T17



Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T17 totalizou R\$ 3,7 MM, 93% abaixo na comparação com o 2T16, reflexo dos menores índices de inflação.

A variação de 92,9% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o segundo trimestre de 2017 e o mesmo período de 2016, ocorreu, principalmente, devido aos menores índices macroeconômicos que corrigem monetariamente o ativo financeiro (IGP-M e IPCA registraram -2,00% e 0,70%, respectivamente, no acumulado do 2T17; e 1,66% e 1,83% no acumulado do 2T16, respectivamente). Os índices acumulados do segundo trimestre se referem aos meses de março, abril e maio do ano.

R\$ MM	IFRS		
	2T17	2T16	Var%
Equivalência Patrimonial			
ETAU	(0,07)	2,1	-103,5%
Brasnorte	1,3	1,6	-19,1%
TBE	2,8	48,8	-94,3%
Aimorés	(0,07)	-	
Paraguaçu	(0,15)	-	
Total Equivalência Patrimonial	3,7	52,4	-92,9%

Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório no 2T17 totalizou R\$ 59,9 MM, 40,4% acima do 2T16.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório foi 40,4% maior em comparação ao mesmo período de 2016, em função do reajuste pela inflação na RAP (ciclo 2016-2017) e da queda anual das despesas financeiras, principalmente na TBE.

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE é devido a amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ MM	Regulatório		
	2T17	2T16	Var%
Equivalência Patrimonial			
ETAU	2,5	2,3	9,8%
Brasnorte	0,9	0,6	43,0%
TBE	70,4	53,4	31,8%
Aimorés	(0,08)	-	
Paraguaçu	(0,15)	-	
Resultado das Participações	73,5	56,3	30,6%
Amortização do ágio - TBE	13,6	13,6	
Resultado de Equivalência	59,9	42,7	40,4%

Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 53,1 MM no 2T17, 46,9% inferior ao 2T16.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Controladas		
	2T17	2T16	Var.%	2T17	2T16	Var.%
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	18,6	13,7	36,2%	20,8	15,7	32,6%
Renda de aplicação financeira	18,6	13,7	36,2%	20,8	15,7	32,6%
Despesas Financeiras	(71,7)	(113,5)	-36,9%	(85,8)	(133,6)	-35,8%
Juros incorridos	(60,8)	(79,9)	-23,8%	(74,8)	(98,5)	-24,0%
Variações monetárias e cambiais	(10,0)	(34,6)	-71,2%	(9,4)	(34,7)	-72,8%
Ajuste ao valor justo	1,1	2,7	-58,9%	1,1	2,7	-58,9%
Outras Despesas/Receitas Financeiras	(1,9)	(1,7)	12,0%	(2,6)	(3,0)	-12,7%
Total	(53,1)	(99,9)	-46,9%	(65,0)	(117,9)	-44,8%

A variação positiva na receita financeira na comparação entre o segundo trimestre de 2017 e o mesmo período em 2016, se deve ao maior volume de caixa médio no segundo trimestre de 2017.

A queda anual de 23,8% na linha de juros é explicada, principalmente, pela redução da dívida bruta e pela queda dos indexadores IPCA e CDI. Em dezembro de 2016 ocorreu a amortização de R\$ 195 MM referentes à 2ª emissão de debêntures. Além disso, no segundo trimestre de 2017 o IPCA e o CDI acumulados foram 0,22% e 2,54%, respectivamente, enquanto no segundo trimestre de 2016 estes índices registraram 1,75% e 3,41%, respectivamente.

Já a redução de 71,0% na linha de variações monetárias e cambiais ocorreu devido à queda do IPCA entre os períodos comparados. A linha de ajuste ao valor justo reduziu em R\$ 1,6 MM em função da variação da marcação a mercado da dívida 4131.

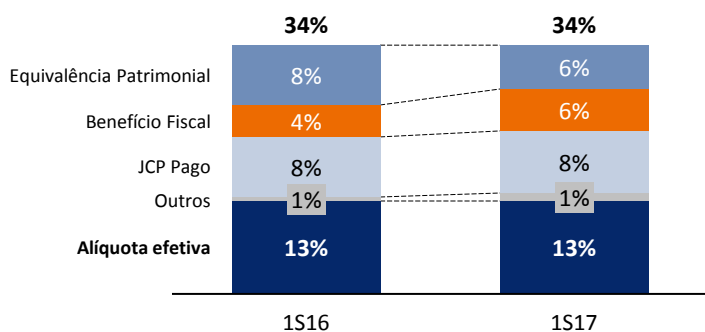
Impostos

No 2T17, o imposto de renda e contribuição social IFRS registrou um crédito no valor de R\$ 7,5 MM, explicado, principalmente, pelo: (i) pagamento de JCP em maio de 2017 no montante de R\$ 78,1 MM, que gerou um benefício fiscal de R\$ 26,6 MM; e (ii) benefício fiscal SUDAM/SUDENE consolidado de R\$ 2,2 MM.

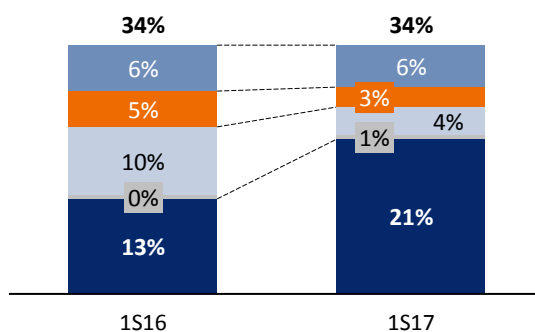
O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Estes benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão.

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
	2T17	2T16	Var%	2T17	2T16	Var%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos	64,5	220,0	-70,7%	344,8	233,9	47,4%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(21,9)	(74,8)	-70,7%	(117,2)	(79,5)	47,4%
Equivalência Patrimonial	1,3	17,8	-92,9%	20,3	14,5	40,2%
Benefício Fiscal (SUDAM/SUDENE)	2,2	0,5	318,9%	2,2	0,5	318,9%
JCP Pago	26,6	43,7	-39,2%	26,6	43,7	-39,2%
Outros	(0,6)	-	-	(0,6)	0,1	-
IRPJ e CSLL reconhecido resultado	7,5	(12,8)	-	(68,7)	(20,8)	231%

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Em julho de 2015, houve alteração da base de presunção das empresas que possuem regime fiscal “Lucro Presumido” para 32%, conforme a Lei nº 12.973.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	“Real”	“Sudene”	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	“Real”	“Sudam”	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	“Real”	“Sudene”	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	“Real”	“Sudene”	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	“Real”	“Sudene”	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	“Real”	Suspensão	-	-	0,65%	3,00%
STE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	“Real”	Em Renovação	-	-	1,65%	7,60%
ATE III	“Real”	“Sudam”	100%	2018	1,65%	7,60%
São Gotardo	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Janaúba	“Real”	-	-	-	1,65%	7,60%
Aimorés	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Paraguaçu	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	“Real”	“Sudam”	100%	2020	1,65%	7,60%
EATE	“Real”	“Sudam”	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	“Real”	“Sudam”	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	“Real”	“Sudam”	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	“Real”	“Sudam”	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	“Presumido”	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ERB1	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%

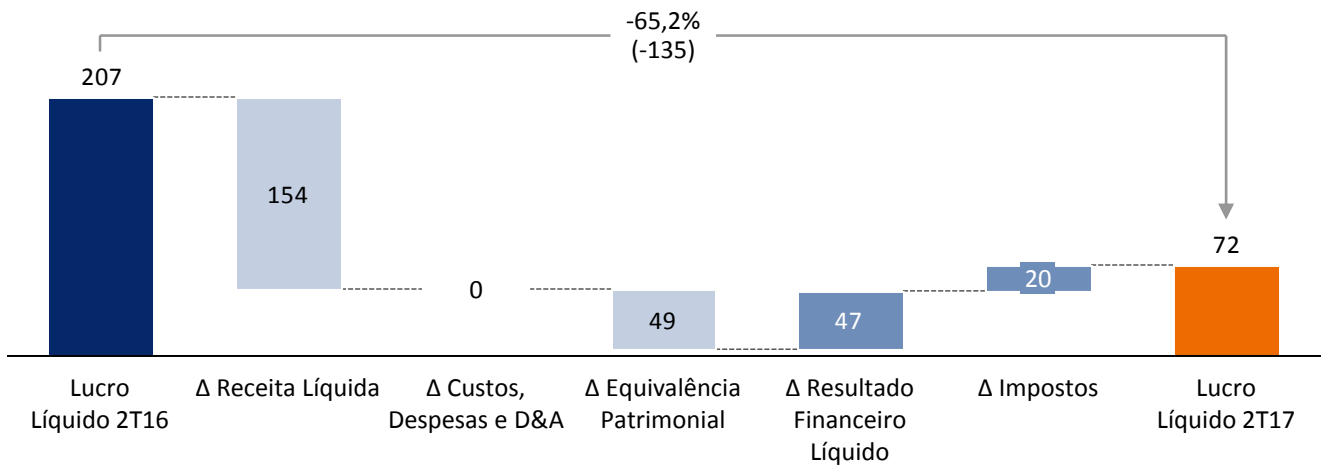
Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS 2T17 totalizou R\$ 72,0 MM, 65,2% menor na comparação com o 2T16.

A equivalência patrimonial é incluída nas comparações, refletindo o padrão contábil.

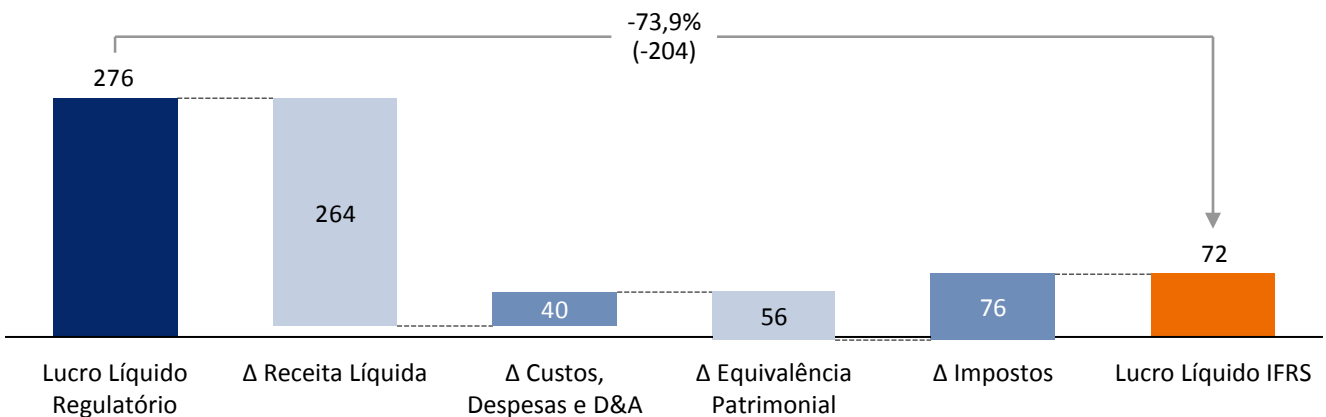
2T17 x 2T16: IFRS

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido em IFRS no 2T17, comparando os valores do 2T16 e as variações dos itens que impactaram o lucro do 2T17.



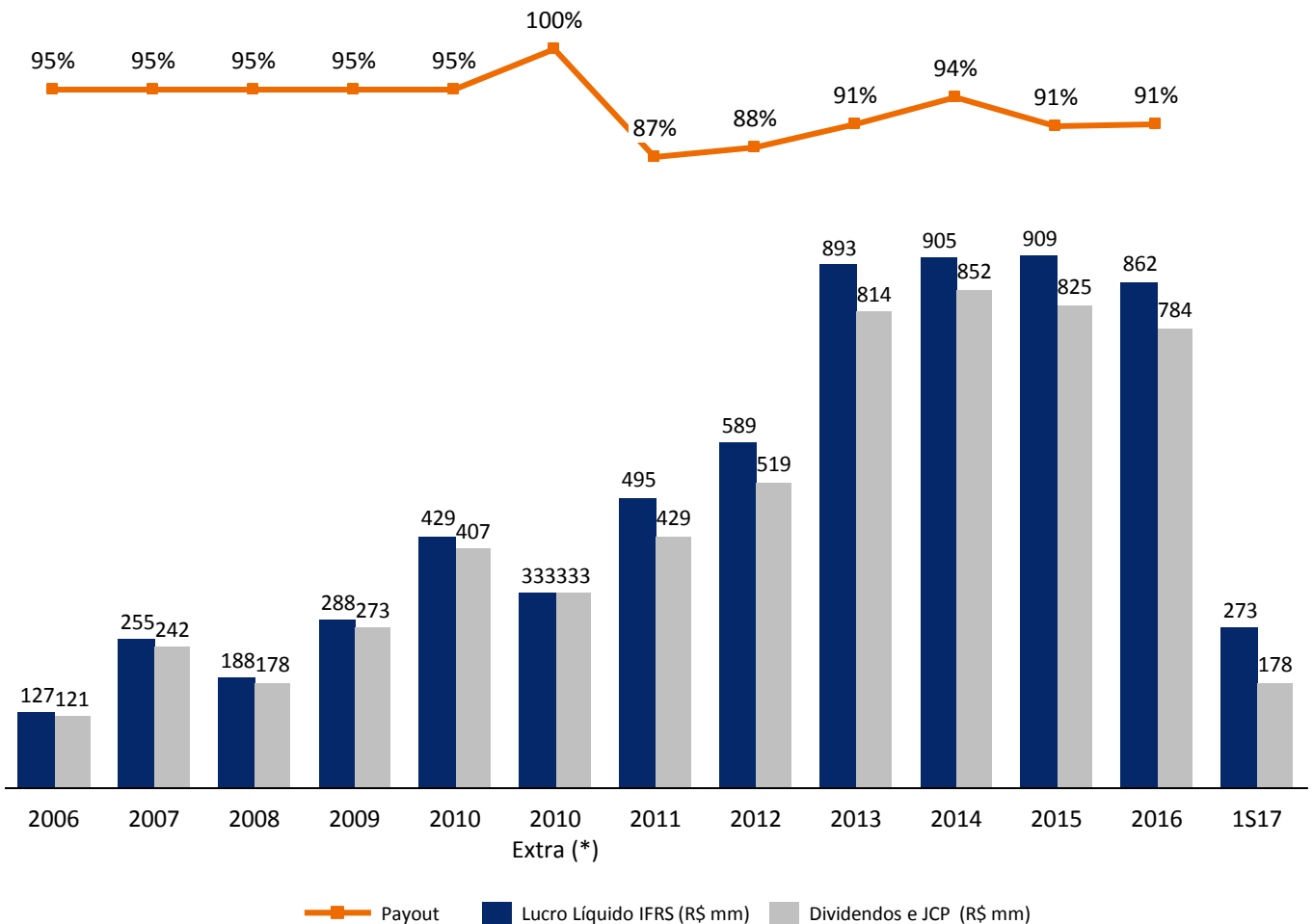
Lucro Líquido 2T17: IFRS X Regulatório

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 2T17, comparando os resultados em IFRS aos resultados regulatórios.



Dividendos e juros sobre capital próprio

No dia 31 de maio de 2017, a Taesa distribuiu R\$ 178,2 MM como dividendos intercalares e juros sobre capital próprio, referentes ao resultado do primeiro trimestre de 2017. Esse montante pode ser dividido em (i) dividendos intercalares de R\$ 100,0 MM (R\$ 0,29/unit) e (ii) juros sob capital próprio de R\$ 78,1 MM (R\$ 0,23/unit). A aprovação ocorreu na reunião do conselho de administração realizada no dia 17 de maio e as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendos e juros sobre capital próprio” a partir do dia 23 de maio.



* Reserva do IFRS

Endividamento

A Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 3.449 MM e o Caixa R\$ 728 MM, resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 2.721 MM.

R\$ MM

Dívida Líquida	2T17	% Dív Bruta	1T17	% Dív Bruta	Var.	Var. %
Curto Prazo	1.001	29,0%	964	28,3%	37	3,9%
TJLP	0,02	0,0%	0,02	0,0%	-	-0,8%
Taxa Fixa	9	0,3%	9	0,3%	(0)	-0,1%
CDI	921	26,7%	909	26,7%	12	1,3%
IPCA	70	2,0%	45	1,3%	25	54,8%
Longo Prazo	2.449	71,0%	2.442	71,7%	6	0,3%
TJLP	0,1	0,0%	0,1	0,0%	(0)	-7,1%
Taxa Fixa	42	1,2%	45	1,3%	(2)	-5,0%
CDI	359	10,4%	360	10,6%	(1)	-0,4%
IPCA	2.047	59,3%	2.037	59,8%	10	0,5%
Endividamento Total¹	3.449		3.406		43	1,3%
(-) Caixa e Aplicações ²	(728)		(720)		(9)	1,2%
(=) Dívida Líquida¹	2.721		2.686		35	1,3%

1 - As dívidas bruta e líquida incluem o saldo dos instrumentos financeiros derivativos.

2 - O valor do caixa é a soma das linhas "Caixa e Equivalente de Caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários".

A variação no endividamento total no 2T17 foi ocasionada principalmente pelo aumento da dívida bruta, que ocorreu em função dos juros contratuais acumulados ao longo do período. O saldo de caixa e aplicações sofreu os efeitos do recebimento de dividendos das controladas, controladas em conjunto e coligadas e da geração de caixa operacional no trimestre, que foram compensados pelo pagamento de dividendos no período.

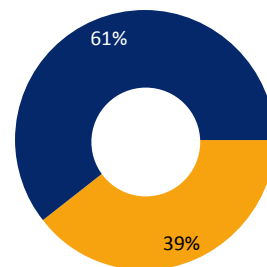
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 3.967 MM e o caixa de R\$ 842 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 502,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 97,8 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 15,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 13,9 MM; e (iii) caixa/aplicações da Brasnorte no valor de R\$ 1,5 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 1,7x no 2T17, 35% menor que o 2,6x registrado no 2T16.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta (R\$ mil)	Caixa e Equiv. (R\$ mil)	Dívida Líquida (R\$ mil)
TAESA	3.449	728	2.721
Brasnorte (38,7%)	0	2	-2
ETAU (52,6%)	15	14	1
TBE (49,99%)	502	98	405
TOTAL	3.967	842	3.126

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



■ Dívida Líquida
 ■ Patrimônio Líquido

Resultados 2T17



A dívida da Taesa, das Investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	2ª Debêntures	CDI	122.483	548	CDI + 1,6%	Aa1.br	Dez/2017	Anual	1
		CDI	72.483	324	CDI + 1,6%	Aa2.br	Dez/2017	Anual	1
	3ª Debêntures	CDI	664.930	60.544	CDI + 0,8%	Br.AAA	Out/2017	Bullet	1
		IPCA	1.085.806	36.527	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	961.121	33.990	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	SWAP - CITIBANK*	CDI	350.000	9.104	114.0% CDI	-	Set/2019	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	306	1	8,70%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	TJLP	90	0	TJLP + 4,2%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	462	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	13.961	13	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
FINAME	pré-fix	385,0	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	22.844	26	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12	
SGT	FINAME	pré-fix	13.455	13	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
ETAU	BNDES	BoC	549	2	BoC + 4%	-	Jan/2018	Mensal	12
		TJLP	1.811	7	TJLP + 4%	-	Jan/2018	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	5.219	44	108% CDI	-	Dez/2019	Bullet	1
	BNDES	Selic	3.298	47	SELIC + 3,76%	-	ago/21	Mensal	12
	BNDES	TJLP	2.754	13	TJLP + 5,20%	-	ago/21	Mensal	12
FINAME	pré-fix	1.533,2	28,5	9,50%	-	Jan - 2021	Mensal	12	
EATE	2ª Debêntures	CDI	14.976	329	CDI + 0,9875%	Aaa.br	Out/2017	Semestral	2
	3ª Debêntures	CDI	72.637	281	CDI + 1,15%	-	Mar/2019	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	60.734	1.023	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	62.878	469	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.948	201	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
EBTE	BNDES	TJLP	66.202	212	TJLP + 2,56%	-	Mai/2025	Mensal	12
		pré-fix	5.201	9	4,50%	-	Nov/2019	Mensal	12
ECTE	2ª Debêntures	CDI	3.817	71	CDI + 0,9875%	Aa2.br	Out/2017	Semestral	2
	3ª Debêntures	CDI	12.342	231	CDI + 2,15%	-	Mar/2020	Trimestral	4
ENTE	2ª Debêntures	CDI	94.743	1.595	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	13.934	104	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	5.972	45	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
ETEP	2ª Debêntures	CDI	26.344	444	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
		TJLP	7.914	24	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
ESDE	BNDES	pré-fix	4.153	4	2,50%	-	Set/2022	Mensal	12
		TJLP	6.963	21	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
ETSE	BNDES	pré-fix	5.437	7	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
		pré-fix	943	5	10,00%	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	289,5	1	9,50%	-	Mar/2025	Mensal	12
		pré-fix	2.103	36	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	1ª Debêntures	CDI	2.103	36	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	20	0	4,5%	-	Jul/2020	Mensal	12
		pré-fix	784	1	3,5%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	223	7	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
		pré-fix	261,4	5,4	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	398	6	CDI + 0,9875%	-	Nov/2017	Semestral	2
	Mutuo	CDI	350	61	3,5% + TJLP	-	Nov/2017	Bullet	1
BNDES	pré-fix	200,0	7	6,0%	-	Abr/2026	Mensal	12	
TRANSUDESTE	1ª Debêntures	CDI	468	7	CDI + 0,9875%	-	Nov/2017	Semestral	2
Total			3.820.724	146.439					

* A dívida foi captada em USD indexada a Libor mas, como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

Detalhamento das Receitas IFRS

A **Remuneração do Ativo Financeiro** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo Financeiro por uma taxa de retorno. A **Correção Monetária do Ativo Financeiro** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. No DRE, a **Remuneração do Ativo Financeiro**, a **Correção Monetária do Ativo Financeiro** e a **Receita de Construção** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável, PV**, é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na página 6). A PV e outros ajustes passaram a ser contabilizados na linha “Parcela Variável e outras receitas”.

R\$ MM						2T17
	Concessão	Remuneração Ativo Financeiro	Correção Monetária Ativo F.	Construção	O&M	PV
NVT		43,0	(23,8)	0,6	27,4	(1,5)
TSN		22,1	(12,1)	0,0	50,9	(0,9)
MUN		2,5	(1,6)	-	3,4	-
GTE		0,7	(0,5)	-	0,5	-
PAT		2,9	(1,6)	0,4	1,2	(0,0)
ETE		8,8	(6,7)	-	10,4	(0,0)
ETA		1,0	(1,8)	0,0	1,5	(0,0)
BRA		1,5	0,8	-	0,3	(0,0)
NTE		13,8	(7,5)	0,0	8,5	(3,6)
STE		7,7	(5,9)	0,0	3,5	(0,0)
ATE		15,6	(13,0)	-	6,5	(0,7)
ATE II		20,9	(19,3)	0,0	14,7	0,0
ATE III		10,2	4,2	-	10,1	0,4
São Gotardo		0,9	0,3	-	0,4	-
EATE		15,3	(18,3)	-	4,7	-
EBTE		3,5	2,6	-	2,1	-
ECTE		1,1	(1,4)	-	0,4	-
ENTE		9,4	(12,5)	-	2,4	-
ERTE		2,0	(3,0)	-	0,9	-
ETEP		3,0	(3,6)	-	1,5	-
Lumitrans		1,0	(1,4)	-	0,3	-
STC		0,9	0,6	-	0,6	-
ESDE		1,1	0,3	-	0,3	-
ETSE		0,6	(5,0)	-	0,3	-
ESTE		-	-	0,6	0,0	-
Mariana		0,6	-	1,4	0,0	-
Miracema		0,3	-	0,7	0,0	-
Janaúba		0,1	-	0,4	0,0	-
Total		190,5	(130,4)	4,1	152,6	(6,4)

O valor consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da Taesa

Movimentação do Ativo Financeiro



Concessão	Ativo Financeiro 2T17	Taxa Anual	O&M Mensal (R\$ MM) ciclo 16-17	RAP ² (R\$ MM) ciclo 16-17	Término Concessão	Redução da RAP
NVT	1.227	14,2%	9,1	512,2	dez-30	jun-18
TSN	515	11,0%	15,9	465,4	dez-30	jun-18
TSN Reforço	174	10,0%	1,1	29,5	dez-30	Não
MUN	83	12,4%	1,1	35,9	fev-34	out-20
GTE	27	11,0%	0,2	9,2	jan-32	ago-18
PAT	117	11,1%	0,4	23,9	dez-32	set-19
ETEO	341	10,5%	3,5	112,8	mai-30	out-16
ETAU	96	3,5%	0,5	22,4	dez-32	abr-20
BRA ¹	116	5,1%	0,0	7,9	mar-38	Não
BRA ¹ Reforço	5	5,7%	0,0	1,7	mar-38	Não
NTE	378	14,9%	2,8	151,0	jan-32	jan-19
STE	300	10,2%	1,2	80,3	dez-32	jul-19
ATE I	662	9,6%	2,2	146,7	fev-34	dez-20
ATE II	993	8,5%	4,9	226,7	mar-35	jan-22
ATE III ¹	573	6,7%	3,0	104,6	abr-36	mar-23
ATE III ¹ Reforço	44	7,2%	0,4	7,6	abr-36	Não
São Gotardo ¹	38	9,8%	0,1	5,0	ago-42	Não
EATE	912	6,6%	1,6	211,1	jun-31	mar-18
EBTE ¹	400	3,6%	0,7	33,1	out-38	No
ECTE	72	6,1%	0,1	15,2	nov-30	mar-17
ENTE	627	5,9%	0,8	110,8	dez-32	fev-20
ERTE	152	5,3%	0,3	24,9	dez-32	set-19
ETEP	185	6,4%	0,5	48,3	jun-31	ago-17
Lumitrans	75	5,1%	0,1	10,5	fev-34	out-22
STC ¹	92	4,9%	0,2	16,6	abr-36	nov-22
ESDE ¹	50	9,5%	0,1	6,3	nov-39	Não
ETSE ¹	38	5,4%	0,1	4,1	mai-42	Não
Transleste	8	5,2%	0,1	2,0	fev-34	dez-20
Transirapé	8	4,5%	0,0	1,4	mar-35	fev-22
Transudeste	5	5,2%	0,0	1,2	mar-35	mai-22
Mariana ¹²	44	5,7%	-	13,9	mai-44	Não
Miracema ²	12	14,0%	-	61,3	jun-46	Não
Janaúba ¹²	3	13,0%	-	174,6	fev-47	Não
Aimorés ¹²	0,1	12,0%	-	35,7	fev-47	Não
Paraguaçu ¹²	0,1	13,2%	-	53,3	Feb-47	Não
ESTE ²	1	17,2%	-	50,5	fev-47	Não
Total	8.370		51	2.817,7		

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

DRE 2T17

DRE	IFRS				Regulatório			
	2T17	2T16	Var	Var%	2T17	2T16	Var	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	480.761	447.445	33.316	7,40%
Operação e Manutenção	137.468	124.234	13.234	10,70%	-	-	-	-
Remuneração do Ativo Financeiro	150.084	163.493	(13.409)	-8,20%	-	-	-	-
Ativo Financeiro - Correção Monetária	(87.521)	84.449	(171.970)	-203,60%	-	-	-	-
Construção	3.554	3.414	140	4,10%	-	-	-	-
Parcela Variável e Outras Receitas	(3.888)	(15.134)	11.246	-74,30%	(3.888)	(15.134)	11.246	-74,30%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	199.697	360.456	(160.759)	-44,6%	476.873	432.311	44.562	10,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA								
PIS e COFINS	(9.923)	(18.211)	8.288	-45,50%	(23.141)	(21.419)	(1.722)	8,00%
ISS	(45)	(36)	(9)	25,00%	(45)	(36)	(9)	25,00%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(20.458)	(18.852)	(1.606)	8,50%	(20.458)	(18.852)	(1.606)	8,50%
Deduções da receita operacional bruta	(30.426)	(37.099)	6.673	-18,00%	(43.644)	(40.307)	(3.337)	8,30%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	169.271	323.357	(154.086)	-47,7%	433.229	392.004	41.225	10,5%
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal	(27.676)	(30.624)	2.948	-9,60%	(27.676)	(30.624)	2.948	-9,60%
Material	(6.732)	(4.695)	(2.037)	43,40%	(461)	(427)	(34)	8,00%
Serviços de Terceiros	(12.875)	(10.417)	(2.458)	23,60%	(12.875)	(10.417)	(2.458)	23,60%
Depreciação e Amortização	(809)	(640)	(169)	26,40%	(46.887)	(49.935)	3.048	-6,10%
Outras despesas Operacionais	(7.337)	(9.510)	2.173	-22,80%	(7.337)	(9.510)	2.173	-22,80%
Custos e Despesas	(54.620)	(55.246)	626	-1,10%	(48.349)	(50.978)	2.629	-5,20%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	113.842	267.471	(153.629)	-57,4%	337.993	291.091	46.902	16,1%
Resultado de equivalência patrimonial	3.742	52.380	(48.638)	-92,90%	59.825	42.660	17.165	40,20%
Renda de aplicação financeira	18.595	13.655	4.940	36,20%	18.595	13.655	4.940	36,20%
Despesas financeiras	(71.657)	(113.523)	41.866	-36,90%	(71.657)	(113.523)	41.866	-36,90%
Resultado Financeiro	(53.062)	(99.868)	46.806	-46,90%	(53.062)	(99.868)	46.806	-46,90%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	64.522	219.983	(155.461)	-70,7%	344.756	233.883	110.873	47,4%
Imposto de renda e contribuição social	7.512	(12.777)	20.289	-158,80%	(68.686)	(20.749)	(47.937)	231,00%
RESULTADO ANTES DO JCP	72.034	207.206	(135.172)	-65,20%	276.070	213.134	62.936	29,50%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	72.034	207.206	(135.172)	-65,2%	276.070	213.134	62.936	29,5%
EBITDA	114.651	268.111	(153.460)	-57,2%	384.880	341.026	43.854	12,9%
Margem EBITDA	67,7%	82,9%	-15,2 pp	-15,2 pp	88,8%	87,0%	1,8 pp	1,8 pp

DRE IFRS 2T17

R\$ 000	IFRS	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão						-	-
Operação e Manutenção		137.468	1.538	292	13.275	-	-
Remuneração do Ativo Financeiro		150.084	1.029	1.513	37.918	3	5
Ativo Financeiro - Correção Monetária		(87.521)	(1.765)	791	(41.869)	-	-
Construção		3.554	1	-	592	-	-
Parcela Variável e Outras Receitas		(3.888)	568	198	3.206	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		199.697	1.371	2.794	13.122	3	5
PIS e COFINS		(9.923)	(38)	(251)	(980)	-	-
ISS		(45)	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(20.458)	(212)	(87)	(4.784)	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(30.426)	(250)	(338)	(5.764)	-	(1)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		169.271	1.121	2.456	7.358	3	4
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(27.676)	(9)	(262)	(4.259)	(69)	(146)
Material		(6.732)	(191)	(218)	(1.635)	-	1
Serviços de Terceiros		(12.875)	(746)	(184)	(3.115)	(6)	(5)
Depreciação e Amortização		(809)	-	-	(221)	-	-
Outras despesas Operacionais		(7.337)	6	(192)	(906)	-	-
Custos e Despesas		(54.620)	(940)	(856)	(9.914)	(75)	(150)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		113.842	181	1.600	(2.777)	(72)	(146)
Resultado de equivalência patrimonial		3.742	-	-	718	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS							
Renda de aplicação financeira		18.595	303	66	1.803	-	-
Despesas financeiras		(71.657)	(598)	(21)	(13.523)	-	-
Resultado Financeiro		(53.062)	(295)	45	(11.720)	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		64.522	(114)	1.645	(13.778)	(72)	(146)
Imposto de renda e contribuição social		7.512	41	(388)	16.557	(1)	(2)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		72.034	(73)	1.257	2.779	(73)	(148)
EBITDA		114.651	181	1.600	(2.556)	(72)	(146)
Margem EBITDA		67,7%	16,1%	65,1%	-34,7%	-2400,0%	-3650,0%

DRE Regulatório 2T17

R\$ 000	Regulatório (Sem IFRS)	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		480.761	5.292	2.430	124.859	-	-
Parcela Variável e Outras Receitas		(3.888)	568	198	(2.934)	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		476.873	5.860	2.628	121.925	-	-
PIS e COFINS		(23.141)	(221)	(256)	(5.016)		
ISS		(45)	-	-	-		
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(20.458)	(212)	(87)	(4.784)		
Deduções da receita operacional bruta		(43.644)	(433)	(343)	(9.800)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		433.229	5.427	2.285	112.125	-	-
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		(95.236)	(1.309)	(1.294)	(18.512)	(75)	(151)
Pessoal		(27.676)	(9)	(262)	(4.259)	(69)	(146)
Material		(461)	(2)	(6)	(168)	-	-
Serviços de Terceiros		(12.875)	(746)	(184)	(3.115)	(6)	(5)
Depreciação e Amortização		(46.887)	(558)	(649)	(10.065)	-	-
Outras despesas Operacionais		(7.337)	6	(193)	(905)	-	-
Custos e Despesas		(48.349)	(751)	(645)	(8.446)	(75)	(151)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		337.993	4.118	991	93.613	(75)	(151)
Resultado de equivalência patrimonial		59.825			688	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS							
Renda de aplicação financeira		18.595	303	66	1.803	-	-
Despesas financeiras		(71.657)	(598)	(21)	(13.530)	-	-
Resultado Financeiro		(53.062)	(295)	45	(11.727)	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		344.756	3.823	1.036	82.574	(75)	(151)
Imposto de renda e contribuição social		(68.686)	(1.297)	(182)	(12.197)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		276.070	2.526	854	70.377	(75)	(151)
EBITDA		384.880	4.676	1.640	103.678	(75)	(151)
Margem EBITDA		88,8%	86,2%	71,8%	92,5%	0%	0%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE é devido a amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Reconciliação do EBITDA

Reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

R\$ MM	IFRS			
	2T17	2T16	Var.	Var. %
Reconciliação EBITDA				
Lucro Líquido	72,0	207,2	(135,2)	-65,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7,5)	12,8	(20,3)	-
Despesas Financeiras Líquidas	53,1	99,9	(46,8)	-46,9%
Depreciação e Amortização	0,8	0,6	0,2	26,4%
Resultado de equivalência	(3,7)	(52,4)	48,6	-92,9%
EBITDA	114,7	268,1	(153,5)	-57,2%
Margem EBITDA	67,7%	82,9%		-15,2 pp

R\$ MM	Regulatório			
	2T17	2T16	Var.	Var. %
Reconciliação EBITDA				
Lucro Líquido	276,1	213,1	62,9	29,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	68,7	20,7	47,9	231,0%
Despesas Financeiras Líquidas	53,1	99,9	(46,8)	-46,9%
Depreciação e Amortização	46,9	49,9	(3,0)	-6,1%
Resultado de equivalência	(59,8)	(42,7)	(17,2)	40,2%
EBITDA	384,9	341,0	43,9	12,9%
Margem EBITDA	88,8%	87,0%		1,8 pp

Balanço Patrimonial

R\$ 000	IFRS		Regulatório
Balanço	2T17	Ajuste	2T17
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	84.519	-	84.519
Títulos e valores mobiliários	639.827	-	639.827
Clientes	174.975	-	174.975
Ativo Financeiro	1.218.477	1.218.477	-
Impostos e contribuições sociais	66.325	-	66.325
Dividendos e JCP a Receber	36.762	-	36.762
Instrumento financeiro derivativos	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	54.578	-	54.578
Total do Ativo Circulante	2.275.463	1.218.477	1.056.986
Títulos e valores mobiliários	3.979	-	3.979
Ativo Financeiro	4.310.995	4.310.995	-
Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	81	(516.294)	516.375
Impostos e Contribuições Sociais	26	-	26
Investimento	1.715.713	194.730	1.520.983
Clientes	13.703	-	13.703
Depósitos Judiciais	21.009	-	21.009
Outras contas a receber	18.202	-	18.202
Imobilizado	20.048	(4.034.341)	4.054.389
Intangível	25.615	(128.234)	153.849
Total do Ativo Não Circulante	6.129.371	(173.144)	6.302.515
Total do Ativo	8.404.834	1.045.333	7.359.501
Passivo			
Fornecedores	13.648	-	13.648
Impostos e contribuições sociais	86.932	-	86.932
Empréstimos e financiamentos	9.121	-	9.121
Debêntures	991.687	-	991.687
Instrumentos financeiros derivativos-swap	-	-	-
Dividendos a pagar	5	-	5
Taxas regulamentares	72.516	-	72.516
Outras contas a pagar	26.273	-	26.273
Total do Passivo Circulante	1.200.182	-	1.200.182
Empréstimos e financiamentos	364.750	-	364.750
Debêntures	2.047.069	-	2.047.069
Instrumentos financeiros derivativos	36.792	-	36.792
Impostos e contribuições sociais diferidos	120.228	(149.597)	269.825
Tributos diferidos	290.224	290.224	-
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	10.523	-	10.523
Obrigações Especiais	-	(13.035)	13.035
Outras contas a pagar	106.953	-	106.953
Total do Passivo Não Circulante	2.976.539	127.592	2.848.947
Patrimônio líquido			
Capital social Realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de Capital	594.507	-	594.507
Reserva de Lucros	496.328	-	496.328
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Dividendos intercalares e JCP	(178.158)	(178.158)	-
Prejuízos Acumulados	-	1.358.292	(1.358.292)
Resultado do período	273.401	(262.393)	535.794
Total do Patrimônio Líquido	4.228.113	917.741	3.310.372
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.404.834	1.045.333	7.359.501

Balço Patrimonial TBE

R\$ 000	IFRS		Regulatório
	2T17	Ajuste	2T17
Balço			
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	94.312	-	94.312
Clientes	46.877	-	46.877
Ativo Financeiro	349.685	(349.685)	
Impostos e contribuiões sociais	9.971	-	9.971
Outros Ativos Circulantes	17.651	-	17.651
Total do Ativo Circulante	518.496	(349.685)	168.811
Títulos e valores mobiliários	2.263	-	2.263
Ativo Financeiro	2.252.849	(2.252.849)	
Investimento	19.170	(6.871)	12.299
Outras contas a receber	13.835	(2.650)	11.185
Imobilizado	6.208	944.034	950.241
Total do Ativo Não Circulante	2.294.325	(1.318.337)	975.989
Total do Ativo	2.812.822	(1.668.021)	1.144.800
Passivo			
Fornecedores	12.266	-	12.266
Impostos e contribuiões sociais	29.555	-	29.555
Empréstimos e financiamentos	13.568	-	13.568
Debêntures	122.842	-	122.842
Dividendos a pagar	13.851	-	13.851
Taxas regulamentares	20.432	-	20.432
Outras contas a pagar	40.639	-	40.639
Total do Passivo Circulante	253.154	-	253.154
Empréstimos e financiamentos	82.305	-	82.305
Debêntures	277.553	-	277.553
Tributos diferidos	641.197	(638.773)	2.424
Provisões fiscais, Previdenciárias, trabalhistas e cíveis	213	-	213
Outras contas a pagar	4.392	-	4.392
Total do Passivo Não Circulante	1.005.660	(638.773)	366.887
Patrimônio líquido			
Capital social Realizado	614.362	-	614.362
Reserva Legal	98.962	-	98.962
Reserva de Lucros	788.966	(1.087.522)	(298.556)
Resultado do período	51.718	58.273	109.990
Total do Patrimônio Líquido	1.554.008	(1.029.249)	524.759
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.812.822	(1.668.022)	1.144.800

O Balço da TBE acima não é auditado.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T17
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do Período	273.401
Ajustes para:	
Resultado de equivalência patrimonial	(56.065)
Depreciação e amortização	1.624
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	971
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	11.499
Juros e variações monetárias sobre debêntures	134.518
Instrumentos financeiros derivativos	8.142
Imposto de renda e contribuição social	87.808
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.483)
Tributos diferidos	(17.941)
Remuneração do ativo financeiro	(304.925)
Correção monetária do ativo financeiro	25.881
Receita de construção	(18.974)
Provisão de Parcela Variável	3.769
Custo de construção	18
	101.243
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) em clientes	(5.357)
Redução do ativo financeiro	685.876
(Redução) no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo	(7.329)
(Aumento) no saldo de outra contas a receber	(15.220)
(Redução) no saldo de fornecedores	(23.361)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	5.448
(aumento) no saldo de outras contas a pagar	(18.163)
Dividendos e JCP recebidos das controladas em conjunto e coligadas	53.313
Caixa gerado pelas atividades operacionais	776.450
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.895)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	755.555
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	(378.392)
Adições e baixas no imobilizado e intangível	(602)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(378.994)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos	
Captação de Empréstimos e Financiamentos	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.516)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(6.306)
Pagamento de debêntures - juros	(13.025)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(16.825)
Pagamento de dividendos e JCP	(352.875)
Recebimento e liquidação de instrumentos financeiros	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(393.547)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	101.505
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	84.519
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(16.986)

Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representam um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como um lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir o seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A "Dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A Dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir o seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a Dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.